

Sumário

Prefácio – Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	xvii
Prefácio – Prof. Dr. Geraldo Prado	xxix
Prefácio – Prof. Dr. Cezar Roberto Bitencourt	xxxiii
Resenha – Prof. Dr. Pedro Aragoneses Alonso	xxxvii
Nota do Autor	xxxix
Nota do Autor à 2ª Edição	xli
Nota do Autor à 3ª Edição	xliii
Capítulo I – Um Processo Penal Para Quê(m)? Buscando o Fundamento da sua Existência	1
1. Breve Análise da História da Pena de Prisão e do Processo Penal	
1.1. Breve História da Pena de Prisão.....	1
1.2. Da Autotutela ao Processo Penal	4
2. Constituindo o Processo Penal desde a Constituição. A Crise da Teoria das Fontes. A Constituição como Abertura do Processo Penal.....	6
3. Superando o maniqueísmo entre “interesse público” versus “interesse individual”	10
4. A Influência dos Movimentos Repressivistas. Tolerância Zero para Quê(m)? Desvelando a Hipocrisia do Discurso	14
5. Princípio da Necessidade do Processo Penal em Relação à Pena	21
6. Instrumentalidade Constitucional do Processo Penal	24
7. Instrumentalidade e Possibilidade de Extinção Antecipada do Processo Penal: Da Prescrição pela Provável Pena a Ser Aplicada à Falta de Justa Causa ...	27
8. Quando a Cinderela terá suas Próprias Roupas? Respeitando as Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal (ou Abandonando a Teoria Geral do Processo).....	30
Capítulo II – Teorias Acerca da Natureza Jurídica do Processo (Penal)	35
1. Introdução: As Várias Teorias	35
2. Processo como Relação Jurídica: A Contribuição de Bülow	36
3. Processo como Situação Jurídica (ou a Superação de Bülow por James Goldschmidt).....	40

4. Quando Calamandrei Deixa de Ser o Crítico e Rende Homenagens a <i>Un Maestro di Liberalismo Processuale</i> . O Risco Deve Ser Assumido: A Luta Pelas Regras do Jogo	45
Capítulo III – Sistemas Processuais Penais Inquisitório e Acusatório: Superando o Reduccionismo Ilusório do Sistema Misto	55
1. Sistema Acusatório	56
2. Sistema Inquisitório	60
3. O Reduccionismo Ilusório (e insuficiente) do Conceito de “Sistema Misto”: a Gestão da Prova e os Poderes Instrutórios do Juiz	66
3.1. A Falácia do Sistema Bifásico	67
3.2. A Insuficiência da Separação (Inicial) das Atividades de Acusar e Julgar	69
3.3. Identificação do Núcleo Fundante: a Gestão da Prova	70
3.4. O Problema dos Poderes Instrutórios: Juizes-Inquisidores e os Quadros Mentais Paranóicos	75
Capítulo IV – (Re)Construção Dogmática do Objeto do Processo Penal: A Pretensão Acusatória (Para Além do Conceito Carneluttiano de Pretensão)	79
1. Introdução (ou a Imprescindível Pré-Compreensão)	79
1.1. Superando o Reduccionismo da Crítica em Torno da Noção Carneluttiana de “Pretensão”. Pensando Para Além de Carnelutti	80
1.2. Teorias Sobre o Objeto do Processo (Penal)	84
1.2.1. Teorias Sociológicas	85
1.2.2. Teorias Jurídicas	86
1.2.3. Teoria da Satisfação Jurídica das Pretensões e Resistências	87
2. Estrutura da Pretensão Processual (Acusatória)	90
2.1. Elemento Subjetivo	91
2.2. Elemento Objetivo	92
2.3. Declaração Petitória	94
2.4. (O Equívoco da) Pretensão Civil Cumulada	96
3. Conteúdo da Pretensão Jurídica no Processo Penal: Punitiva ou Acusatória? Desvelando mais uma Inadequação da Teoria Geral do Processo	97
4. Conseqüências Práticas dessa Construção (ou Por que o Juiz Não Pode(ria) Condenar Quando o Ministério Público Pedir a Absolvção...)	102
Capítulo V – Introdução ao Estudo dos Princípios Constitucionais do Processo Penal	107
1. Jurisdicionalidade – <i>Nulla poena, nulla culpa sine iudicio</i>	109
1.1. A Função do Juiz no Processo Penal	110
1.2. A Toga e a Figura Humana do Julgador no Ritual Judiciário: da Dependência à Patologia	113
1.3. A Garantia da Imparcialidade Objetiva e Subjetiva do Julgador: (Re)Pensando os Poderes Investigatórios/Instrutórios	122
1.4. O Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável (art. 5º, LXXVIII, da CF): o Tempo como Pena e a (De)Mora Jurisdicional	128
1.4.1. Introdução Necessária: Recordando o Rompimento do Paradigma Newtoniano	128

1.4.2. Tempo e Penas Processuais.....	132
1.4.3. A (De)Mora Jurisdicional e o Direito a um Processo sem Dilações Indevidas.....	135
1.4.4. Fundamentos da Existência do Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável.....	136
1.4.5. A Recepção pelo Direito Brasileiro.....	140
1.4.6. A Problemática Definição dos Critérios: a Doutrina do Não-Prazo.....	144
1.4.7. <i>Nulla Coactio Sine Lege</i> : a (Urgente) Necessidade de Estabelecer Limites Normativos.....	148
1.4.8. Aplicação Prática: Algumas Decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, da Corte Americana de Direitos Humanos e de Tribunais Brasileiros.....	157
1.4.9. A Primeira Condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Ximenes Lopes Versus Brasil.....	161
1.4.10. Caso Marcos Mariano da Silva: o Inocente que Ficou 13 Anos Preso sem Sentença.....	166
1.4.11. Em Busca de “Soluções”: Compensatórias, Processuais e Sancionatórias.....	167
1.4.12. Concluindo: o Dificil Equilíbrio entre a (De)Mora Jurisdicional e o Atropelo das Garantias Fundamentais.....	172
2. Garantia do Sistema Acusatório: Separação de Funções e Iniciativa Probatória das Partes. A Imparcialidade do Julgador.....	176
3. Presunção de Inocência (ou um Dever de Tratamento).....	177
4. Garantias do Contraditório e da Ampla Defesa.....	182
4.1. Direito ao Contraditório.....	182
4.2. Direito de Defesa: Técnica e Pessoal.....	186
4.2.1. Defesa Técnica.....	186
4.2.2. A Defesa Pessoal: Positiva e Negativa.....	189
4.2.2.1. Defesa Pessoal Positiva.....	189
4.2.2.2. Defesa Pessoal Negativa (<i>Nemo Tenetur se Detegere</i>).....	193
5. Motivação das Decisões Judiciais. Superando o Cartesianismo.....	195
Capítulo VI – Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço.....	201
1. Lei Processual Penal no Tempo.....	201
1.1. A Leitura Tradicional: Princípio da Imediatidade.....	201
1.2. Uma (Re)Leitura Constitucional: Retroatividade da Lei Penal e Processual Penal Mais Benéfica.....	203
2. Lei Processual Penal no Espaço.....	206
Capítulo VII – Sistemas de Investigação Preliminar: Breve Análise a Partir de Sujeitos/Objeto/Atos.....	209
1. Introdução.....	209
2. Análise dos Sistemas de Investigação Preliminar.....	211
2.1. Problema Terminológico.....	211
2.2. Caracteres Determinantes: Instrumentalidade e Autonomia.....	212
2.3. Fundamento da Existência da Investigação Preliminar.....	212

2.3.1. Busca do Fato Oculto e a Criminal Case Mortality.....	213
2.3.2. Função Simbólica.....	215
2.3.3. Evitar Acusações Infundadas – Filtro Processual.....	217
3. Órgão Encarregado: Investigação Policial, Juiz Instrutor ou Promotor Investigador.....	221
3.1. Investigação Preliminar Policial.....	222
3.2. Investigação Preliminar Judicial – Juiz Instrutor.....	226
3.3. Investigação Preliminar a Cargo do Ministério Público: Promotor Investigador.....	229
4. Objeto e Grau de Cognição na Investigação Preliminar.....	235
5. Forma dos Atos da Investigação Preliminar.....	237
Capítulo VIII – A Investigação Preliminar Brasileira: O Inquérito Policial (e Sua Crise)	241
1. Considerações Prévias. Natureza Jurídica.....	241
2. Órgão Encarregado.....	242
2.1. A Polícia Judiciária. Conflito de Atribuições com a Polícia Militar na Lavratura do Termo Circunstanciado.....	242
2.2. O Ministério Público e o Inquérito Policial.....	244
3. A Posição do Juiz Frente ao Inquérito Policial: O Juiz como Garantidor e não como Instrutor.....	246
4. Objeto e sua Limitação.....	249
4.1. Limitação Qualitativa.....	250
4.2. Limitação Temporal: Prazo Razoável.....	251
5. Análise da Forma dos Atos do Inquérito Policial.....	253
5.1. Atos de Iniciação – Art. 5º do CPP.....	253
5.1.1. De Ofício pela Própria Autoridade Policial.....	254
5.1.2. Requisição do Ministério Público (ou Órgão Jurisdicional?).....	254
5.1.3. Requerimento do Ofendido (Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada).....	256
5.1.4. Comunicação Oral ou Escrita de Delito de Ação Penal de Iniciativa Pública.....	257
5.1.5. Representação do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada.....	259
5.1.6. Requerimento do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Privada.....	263
5.2. Atos de Desenvolvimento: Arts. 6º e 7º do CPP.....	264
5.3. A Conclusão do Inquérito Policial. A Impossibilidade de Arquivamento pela Polícia. Arquivamento Implícito (ou Tácito).....	272
6. Estrutura dos Atos do Inquérito Policial: Lugar, Tempo e Forma. Segredo e Publicidade.....	275
7. Valor Probatório dos Atos do Inquérito Policial.....	278
7.1. A Equivocada Presunção de Veracidade.....	278
7.2. Distinção entre Atos de Prova e Atos de Investigação.....	279
7.3. O Valor Probatório do Inquérito Policial.....	280
7.3.1. Valor das Provas Repetíveis: Meros Atos de Investigação.....	281

7.3.2. Provas Não-Repetíveis: Necessidade do Incidente de Produção Antecipada de Provas.....	283
7.3.3. Contaminação Consciente ou Inconsciente do Julgador e a Necessidade da Exclusão Física das Peças do Inquérito Policial.....	285
8. O Indiciado no Sistema Brasileiro	289
8.1. Indiciamento	289
8.2. Circunstâncias para que se Produza a Situação de Indiciado.....	292
8.2.1. Quando Existe uma Prisão Cautelar.....	293
8.2.2. Indiciamento sem Prévia Prisão Cautelar.....	294
9. Conseqüências do Indiciamento	298
9.1. Cargas que Assume o Indiciado	299
9.2. Direitos e Garantias Constitucionais e Processuais do Indiciado	299
9.2.1. Direitos do Indiciado Preso	299
9.2.2. Direitos do Indiciado em Liberdade.....	300
10. Direito de Defesa no Inquérito Policial.....	301
11. Garantias do Defensor. O Acesso do Advogado aos Autos do Inquérito. Contraditório Limitado. O Problema do Sigilo Interno do Inquérito Policial.....	304
12. Crise do Inquérito Policial e a Busca de um “Sistema Ideal”	308
12.1. Órgão Encarregado	308
12.2. Definir a Situação Jurídica do Indiciado	310
12.3. Sumariedade da Investigação Preliminar. Controle do Tempo e a Pena de <i>Inutilizzabilità</i>	312
12.4. Forma dos Atos	313
13. A Título de Conclusão: A Opacidade da Discussão em Torno do Promotor Investigador (Mudem os Inquisidores, Mas a Fogueira Continuará Acesa)....	314
Capítulo IX – Ação Processual Penal. (Re)Pensando Conceitos e Condições da Ação	319
1. Esclarecimentos Iniciais	319
2. Ação Processual Penal – <i>Ius ut Procedatur</i> – Desde a Concepção de Pretensão Acusatória. Por que não existe “trancamento da ação penal”?.....	321
3. Natureza Jurídica da Ação Processual Penal.....	324
3.1. Caráter Público	324
3.2. Direito Potestativo em Relação ao Imputado (e Subjetivo Frente ao Estado-Juiz)	325
3.3. Ação como Direito Autônomo e Abstrato e/ou como Direito Concreto? A Necessidade do Entre-Conceito “ <i>Conexo Instrumentalmente ao Caso Penal</i> ”.....	326
4. Condições da Ação Penal	331
4.1. Quando se pode falar em condições da ação?	331
4.2. Crítica à Importação de Conceitos do Processo Civil.....	333
4.3. Em Busca das Condições da Ação Processual Penal. Definições a Partir de suas Categorias Jurídicas Próprias.....	335
4.3.1. Prática de Fato Aparentemente Criminoso – <i>Fumus Commissi Delicti</i>	337
4.3.2. Punibilidade Concreta.....	339

4.3.3. Legitimidade de Parte	340
4.3.4. Justa Causa	342
4.3.4.1. Justa Causa. Existência de Indícios Razoáveis de Autoria e Materialidade.....	343
4.3.4.2. Justa Causa. Controle Processual do Caráter Fragmentário da Intervenção Penal.....	343
4.4. Outras Condições da Ação Processual Penal	346
4.5. O (Des)Controle das Condições da Ação nos Juizados Especiais Criminais..	346
5. Ação Penal de Iniciativa Pública	348
5.1. Introdução e Cuidados Necessários	348
5.2. Regras da Ação Penal de Iniciativa Pública (Condicionada ou Incondicionada)	348
5.2.1. Oficialidade ou Investidura	349
5.2.2. Obrigatoriedade (ou Legalidade)	349
5.2.3. Indisponibilidade.....	350
5.2.4. Indivisibilidade	351
5.2.5. Intranscendência	354
5.3. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Pública	354
5.3.1. Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada.....	354
5.3.2. Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada.....	358
5.3.3. Ação Penal de Iniciativa Pública Extensiva e a Problemática em Torno da Ação Penal nos Crimes Contra os Costumes.....	365
6. Ação Penal de Iniciativa Privada	367
6.1. Regras que Orientam a Ação Penal de Iniciativa Privada	368
6.2. Titularidade (Querelante) e o Prazo Decadencial.....	369
6.2.1. Procuração com Poderes Especiais: A Menção ao Fato Criminoso..	371
6.3. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Privada.....	372
6.4. Ação Penal nos Crimes Praticados Contra a Honra de Servidor Público	374
6.5. Renúncia, Perdão e Perempção	375
7. Aditamentos Próprios e Impróprios na Ação Penal de Iniciativa Pública ou Privada. Interrupção da Prescrição. Falhas e Omissões na Queixa-Crime	378
7.1. Aditamentos da Ação Penal de Iniciativa Pública.....	378
7.2. Falhas e Omissões na Queixa-Crime. Existe Aditamento na Ação Penal de Iniciativa Privada?	381
8. Da Rejeição da Denúncia ou Queixa. Análise do Art. 395 do CPP. Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP.....	383
8.1. Rejeição. Inépcia da Denúncia ou Queixa.....	384
8.2. Rejeição. Falta de Pressuposto Processual ou Condição da Ação	386
8.3. Rejeição. Falta de Justa Causa. Condição da Ação.....	389
8.4. Rejeição Parcial da Denúncia Abusiva. Aplicação do Art. 383 Quando do Recebimento da Acusação.....	389
8.5. Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP	391
9. Fixação de Valor Indenizatório na Sentença Penal Condenatória e os Casos de Ação Civil <i>Ex Delicti</i>	392

Capítulo X – Jurisdição Penal e Competência: De Poder-Dever a Direito Fundamental	401
1. Princípios da Jurisdição Penal.....	402
1.1. Princípio da Inércia da Jurisdição.....	402
1.2. Princípio da Imparcialidade.....	403
1.3. Princípio do Juiz Natural.....	404
1.4. Princípio da Indeclinabilidade da Jurisdição.....	406
2. A Competência em Matéria Penal.....	407
2.1. Qual é a Justiça Competente? Definição da Competência das Justiças Especiais (Militar e Eleitoral) e Comuns (Federal e Estadual).....	410
2.1.1. Justiça (Especial) Militar Federal.....	411
2.1.2. Justiça (Especial) Militar Estadual.....	414
2.1.3. Justiça (Especial) Eleitoral.....	416
2.1.4. Justiça (Comum) Federal.....	417
2.1.5. Justiça (Comum) Estadual.....	430
2.2. Qual é o Foro Competente (Local)?.....	432
2.3. Qual é a Vara, o Juízo Competente?.....	434
2.4. Competência em Razão da Pessoa: A Prerrogativa de Função.....	435
2.4.1. Algumas Prerrogativas Importantes.....	438
2.4.2. Alguns Problemas em Torno da Competência Constitucional do Tribunal do Júri.....	441
2.4.3. Prerrogativa de Função para Vítima do Crime?.....	444
3. Causas Modificadoras da Competência: Conexão e Continência.....	445
3.1. Conexão.....	445
3.2. Continência.....	447
3.3. Regras para Definição da Competência nos Casos de Conexão ou Continência.....	448
3.4. Cisão Processual Obrigatória e Facultativa.....	452
4. Crítica ao Tratamento das (In)Competências Absoluta e Relativa.....	453
4.1. (In)Competência Absoluta e Relativa. Inadequada Transmissão das Categorias do Processo Civil. Manipulação dos Critérios de Competência em Matéria Penal. Varas Especializadas.....	453
4.2. Por Uma Leitura Constitucional do Art. 567 do CPP.....	456
5. <i>Case Study</i> (Para Facilitar a Compreensão).....	458
Capítulo XI – Das Questões e Processos Incidentes	463
1. Das Questões Prejudiciais.....	463
2. Dos Processos Incidentes.....	466
2.1. Das Exceções Processuais.....	466
2.1.1. Exceção de Suspeição.....	467
2.1.2. Exceção de Suspeição por Violação da Garantia da Imparcialidade do Julgador e do Sistema Acusatório. Poderes Instrutórios do Juiz e Pré-Julgamentos.....	474
2.1.3. Exceção de Incompetência.....	479
2.1.4. Exceção de Litispendência.....	480
2.1.5. Exceção de Ilegitimidade de Parte.....	482

2.1.6. Exceção de Coisa Julgada	483
2.2. Conflito de Jurisdição e de Competência	487
Capítulo XII – Teoria Geral da Prova no Processo Penal	489
1. Conceito e Função da Prova.....	489
1.1. O Ritual de Reconhecimento.....	489
1.2. Função Persuasiva da Prova: Crença, Fé e Captura Psíquica.....	491
2. Provas e Modos de Construção do Convencimento: (Re)Visitando os Sistemas Processuais	493
3. Princiologia da Prova	498
3.1. Garantia da Jurisdição: Distinção entre Atos de Investigação e Atos de Prova.....	499
3.2. Presunção de Inocência.....	501
3.3. Carga da Prova e <i>in dubio pro reo</i> : Quando o Réu Alega uma Causa de Exclusão da Ilícitude, Ele Deve Provar?.....	502
3.4. <i>In Dubio Pro Societate</i> : (Des)Velando um Ranço Inquisitório.....	506
3.5. Contraditório e Momentos da Prova	507
3.6. Provas e Direito de Defesa: <i>o Nemo Tenetur se Detegere</i>	511
3.7. Valoração das Provas: Sistema Legal de Provas, Íntima Convicção e Livre(?) Convencimento Motivado	513
3.8. O Princípio da Identidade Física do Juiz.....	519
4. O Problema da “Verdade” no Processo Penal.....	520
4.1. Verdade Real: Desconstruindo um Mito Forjado na Inquisição. Rumo à Verdade Processual.....	521
4.2. Desvelando o “Mito da Verdade” no Processo Penal. Rumo à Assunção da Sentença como Ato de Convencimento (de Crença), Mas Sem Cair no Relativismo Cético e Incidir no Erro do Substancialismo	524
4.3. Para Refletir: A Íntima Relação Entre Sistema Processual Inquisitório, Gestão da Prova nas Mãos do Juiz e a “Busca da Verdade”.....	533
5. Dos Limites à Atividade Probatória.....	535
5.1. Os Limites Extrapenais da Prova	535
5.2. Provas Nominadas e Inominadas.....	536
5.3. Limites à Admissibilidade da Prova Emprestada e à Transferência de Provas	537
5.4. Limites Impostos ao Substancialismo Inquisitorial. Obtenção de Prova de Crime Diverso. Desvio da Vinculação Causal. Princípio da Especialidade da Prova.....	539
5.5. Limites à Licitude da Prova: Distinção entre Prova Ilícita e Prova Ilegítima	546
5.6. Teorias Sobre a Admissibilidade das Provas Ilícitas	548
5.6.1. Admissibilidade Processual da Prova Ilícita	548
5.6.2. Inadmissibilidade Absoluta.....	549
5.6.4. Admissibilidade da Prova Ilícita em Nome do Princípio da Proporcionalidade (ou da Razoabilidade).....	550
5.6.5. Admissibilidade da Prova Ilícita a Partir da Proporcionalidade “ <i>pro reo</i> ”	551

5.7. Prova Ilícita por Derivação	553
5.7.1. O Princípio da Contaminação e sua Relativização: <i>Independent Source e Inevitable Discovery</i>	553
5.7.2. Visão Crítica: Superando o Reduccionismo Cartesiano	556
6. A Produção Antecipada de Provas no Processo Penal	560
Capítulo XIII – Das Provas em Espécie	563
1. Prova Pericial e Exame de Corpo de Delito	563
1.1. Contraditório e Direito de Defesa na Prova Pericial	568
1.2. Perícia Particular. Possibilidade de Contra-Prova Pericial. Limitações da Fase Pré-Processual	568
1.3. O Exame de Corpo de Delito Direto e Indireto	569
1.4. Das Práticas Inquisitivas na Execução Penal. Crítica aos Laudos Criminológicos	574
1.5. Intervenções Corporais e os Limites Assegurados pelo <i>Nemo Tenetur se Detegere</i> . Recusa a Coisificação do Imputado	580
2. Interrogatório	584
2.1. A Defesa Pessoal Positiva	584
2.2. A Defesa Pessoal Negativa. Direito de Silêncio. <i>O Nemo Tenetur se Detegere</i>	587
2.3. Interrogatório do Co-Réu. Separação. Perguntas da Defesa do Co-Réu. Repetição do Interrogatório	590
2.4. Crítica ao Interrogatório <i>On Line</i> e a Paradigmática Decisão Proferida pelo STF no HC 88.914-0/SP	592
3. Da Confissão	598
4. Das Perguntas ao Ofendido	599
5. Da Prova Testemunhal	602
5.1. Quem Pode Ser Testemunha? Restrições, Recusas, Proibições e Compromisso. Contraditando a Testemunha	603
5.2. Classificando as Testemunhas. Caracteres do Testemunho	606
5.3. A (ilusão de) Objetividade do Testemunho – Art. 213 do CPP	608
5.4. Momento de Arrolar as Testemunhas. Limites Numéricos. Substituição e Desistência. Pode o Assistente da Acusação Arrolar Testemunhas?	611
5.5. Falsas Memórias e os Perigos da Prova Testemunhal. O Paradigmático “Caso Escola Base”	614
6. Reconhecimento de Pessoas e Coisas	621
6.1. (In)Observância das Formalidades Legais. Número de Pessoas e Semelhança Física	621
6.2. Reconhecimento por Fotografia. (Im)Possibilidade de Alteração das Características Físicas do Imputado. Novas Tecnologias	624
6.3. Breve Problematização do Reconhecimento desde a Psicologia Judiciária	627
6.4. (Re)Pensando o Reconhecimento Pessoal. Necessidade de Redução de Danos. Reconhecimento Seqüencial	629
7. Reconstituição do Delito. Reprodução Simulada	632
8. Acareação	634
9. Da prova documental	636

9.1. Conceito de Documento. Abertura e Limites Conceituais.....	636
9.2. Momento da Juntada dos Documentos. Exceções. Cautelas ao Aplicar o art. 479 do CPP	637
9.3. Autenticações. Documentos em Língua Estrangeira (Recusa ao) Ativismo Judicial. O Que São “Públicas-Formas”?	639
10. Dos Indícios.....	640
11. Da Busca e (da) Apreensão	641
11.1. Distinção entre os Dois Institutos. Finalidade. Direitos Fundamentais Tensionados.....	641
11.2. Momentos da Busca e da Apreensão	644
11.3. Da Busca Domiciliar. Conceito de Casa. Finalidade da Busca	645
11.4. Busca Domiciliar. Consentimento do Morador. Invalidez do Consentimento Dado por Preso Cautelar. Busca em Caso de Flagrante Delito.	648
11.5. Requisitos do Mandado de Busca. A Ilegalidade da Busca Genérica. A Busca em Escritórios de Advocacia	650
11.6. Busca Domiciliar. Requisitos para o Cumprimento da Medida Judicial (Dia e Noite). Realização Pessoal da Busca pelo Juiz. Violação do Sistema Acusatório	653
11.7. Apreensão. Formalização do Ato. Distinção entre Apreensão e Medidas Assecuratórias (Sequestro e Arresto).....	656
11.8. O Problemático Desvio da Vinculação Causal. Aplicação do Princípio da Especialidade da Prova	657
11.9. Da Busca Pessoal. Vagueza Conceitual da “Fundada Suspeita”. Busca em Automóveis. Prescindibilidade de Mandado. Possibilidades e Limites. Busca Pessoal não se Confunde com Intervenção Corporal.....	658
12. Restituição das Coisas Apreendidas. Perda e Confisco de Bens.....	660
Bibliografia	665